

CARTILHA DO PSTU/LIT – NÃO À ALCA

CARTILHA DO PSTU/LIT – NÃO À ALCA
I. INTRODUÇÃO
II – OS PRELIMINARES DO ALCA: DE BUSH A BUSH
III. O PROCESSO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
IV. ALCA: MAIS QUE O NAFTA PARA TODA A AMÉRICA LATINA
1.- NAFTA um antecedente do ALCA
2.- O ALCA é mais que o NAFTA
V.- IMPULSIONAR UM GRANDE MOVIMENTO DE MASSAS PARA DERROTAR O ALCA
VI. É POSSÍVEL UMA AMÉRICA LATINA UNIDA E SOCIALISTA
O MERCOSUL é uma alternativa?
É possível uma AMÉRICA LATINA SOCIALISTA

I. INTRODUÇÃO

Depois do 11 de setembro, como reação à destruição das torres gêmeas e parte do Pentágono, o imperialismo norte-americano iniciou uma contra-ofensiva global da qual a guerra contra o Afeganistão é apenas uma parte. Acuado pela crise econômica, no meio de mobilizações crescentes contra a globalização neoliberal e diante dos fracassos desses planos, usou o pretexto do chamado combate ao terrorismo, para relançar uma nova ofensiva recolonizadora. Na realidade, o centro da guerra contra o Afeganistão é a luta pelo controle da riqueza petrolífera dessa zona que o regime dos talibãs resistiu a entregar incondicionalmente ao imperialismo norte-americano.

Antes do 11 de setembro o governo de Bush encontrava dificuldades para aprovar o denominado *fast track* ou via rápida para levar adiante acordos como o Acordo de livre Comércio das Américas - ALCA, devido às contradições entre diversas frações das transnacionais, principalmente as vinculadas ao controle energético. Mas, com o pretexto mencionado, Bush não só conseguiu um consenso nacional para a guerra do Afeganistão como também para sua contra-ofensiva global. Tanto é assim que o *fast track*, até a poucos meses enroscado, já foi aprovado pelo Congresso norte-americano.

Para sair da aguda recessão econômica em que se encontra e do fracasso de seus planos de ajuste, o imperialismo necessita apertar mais os trabalhadores e os povos do mundo com o fim de superexplorá-los e fazer com que paguem os custos da crise e dessa forma superar as graves dificuldades em que se encontra.

A vitória militar contra o Afeganistão, conseguida com todo o poderio de uma Santa Aliança imperialista contra um dos povos mais pobres, encoraja-o a colocar suas garras em outros países e outros povos como no Oriente Médio.

É neste marco que o FMI declara que o ALCA é mais necessário que nunca e é por isto que o Congresso norte-americano aprovou a autorização da via rápida. Trata-se de acelerar a implementação do ALCA para assegurar o controle absoluto da recolonização do conjunto da América Latina como meio para sair de sua crise.

Mas, sem dar tempo ao imperialismo para saborear sua vitória ignominiosa os trabalhadores e o povo argentino foram às ruas, abrindo uma crise revolucionária que em quinze dias derrubou dois Governos e mantém aberta uma revolução operária e popular que está em curso. É a vanguarda mais destacada da América Latina contra a miséria e a espoliação a que o imperialismo submete o subcontinente latino-americano.

A luta encarnizada entre revolução e contra-revolução é o signo destes tempos. Diante da ofensiva recolonizadora em todas as suas formas e que hoje se materializa no ALCA, é imperativo afirmar a resposta unitária dos trabalhadores e dos povos da América Latina, seguindo os passos da classe operária e do povo argentino.

Coloca-se na ordem do dia, impulsionar um amplo movimento para impedir a aplicação do ALCA, para derrotá-lo com a mobilização das massas de todo o continente. As batalhas de Buenos Aires e de Quebec devem continuar, agora no marco revolucionário aberto pelo “argentínazo”. Saudamos o encontro hemisférico de luta contra o ALCA realizado em Havana, onde estiveram presentes a ampla maioria das organizações sindicais, sociais e da juventude da América Latina e também do Canadá e EUA. Estamos de acordo em impulsionar o plebiscito popular contra o ALCA para que sejam os trabalhadores e os povos, e não os governos entreguistas e a burguesia submissa, os que decidam o destino do continente.

Estamos firmemente convencidos de que hoje é mais necessário e mais possível que nunca impulsionar um grande movimento unitário de massas para derrotar o ALCA. E convencidos de que só a classe trabalhadora latino-americana assumirá essa tarefa de forma conseqüente, porque da patronal e dos governos, assim como de muitas direções burocráticas, não se pode esperar mais que a entrega, a submissão e a capitulação ao amo imperialista.

Para os socialistas revolucionários a luta contra o ALCA e contra a recolonização só pode ser efetiva por uma saída operária e socialista para o continente, em uma Federação Socialista da América Latina.

II – OS PRELIMINARES DO ALCA: DE BUSH A BUSH

No marco de uma ofensiva global do imperialismo pós queda do muro de Berlim, a idéia do ALCA foi lançada em 1991 pelo então presidente dos EUA Bush pai. Buscava-se uma medida de resseguro e expansão imperialista, constituir um “bloco comercial” hegemônico pelos EUA e composto pelo Canadá e todos os países latino-americanos, menos Cuba. Este “bloco” chega a 800 milhões de habitantes e gera um Produto Interno Bruto - PIB de 11,4 bilhões de dólares que representa 40% do PIB mundial. Começaram desde então os preparativos para levar adiante esta proposta. Em 1994, na cidade de Miami, se realizou a primeira conferência de presidentes dos 34 países que o integram e iniciaram-se formalmente as negociações. Dando continuidade às negociações realizaram-se as conferências de Santiago do Chile em 1998 e a de Quebec no Canadá neste ano. Todas as conferências têm sido precedidas por várias reuniões ministeriais e das comissões encarregadas das negociações com os países.

Desta maneira países tão débeis como San Vicente ou Granada, com um PIB de míseros 316 milhões de dólares, começaram a “competir” num mercado aberto com a primeira potência do mundo que ostenta um PIB de 8.7 bilhões de dólares. Tal é o cenário e os protagonistas deste projeto.

Apesar de que ultimamente tem se falado bastante do ALCA, sobretudo por causa das manifestações de protesto dos trabalhadores e da juventude na Argentina, em Quebec e ultimamente o Encontro do Hemisfério de Luta Contra o ALCA realizado em Cuba, muito pouco se sabe sobre as negociações entre os governos já que essas discussões vêm se realizando em segredo, completamente pelas costas da população trabalhadora e da absoluta maioria dos povos dos 34 países. Nessas reuniões é negada a participação de organizações que não sejam parte oficial dos governos, no entanto, como não poderia deixar de ser, estão presentes os representantes das grandes empresas transnacionais.

O ALCA entrará em vigor a partir de Janeiro de 2006, passando por uma série de reuniões e conferências que fechem acordos que dêem sinal verde para a aplicação formal do projeto.

III. O PROCESSO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Nas últimas décadas com a aplicação dos chamados planos neoliberais receitados pelo FMI a América Latina vem sofrendo um processo de recolonização. A política de superexploração, saque e pilhagem do imperialismo leva a mudanças nas relações estruturais entre os países latino-americanos e o imperialismo. Trata-se de mudanças de qualidade na atual relação de dependência, semicolonial, no sentido de uma nova dominação colonial. Esse processo tem aspectos econômicos, políticos e militares e se expressa no aumento extraordinário da dívida externa, da desnacionalização do patrimônio por meio das privatizações, da dolarização das moedas, da adequação das leis aos ditames do capital transnacional e do controle das forças militares pelo imperialismo. Trata-se da imposição de uma brutal superexploração dos trabalhadores e dos povos que vem aprofundando o nível do desemprego, a fome e a miséria em nossos países.

A dívida externa é a ponta de lança pela qual se extrai enormes quantidades de riqueza que vão para as mãos das transnacionais e dos países imperialistas. É um mecanismo mediante o qual se chantageia os países para submetê-los aos planos do FMI. Esta dívida se multiplicou por dez desde 1975 e se triplicou desde 1980. Em 1990 era de 439,700 milhões de dólares e hoje aumentou para a astronômica cifra de 800,000 milhões de dólares, apesar de que entre 1992 e 1999 foram pagos 913,000 bilhões de dólares. Ou seja, geraram um infernal círculo de saque que faz com que quanto mais se paga mais se deve, convertendo-se assim em uma dívida... eterna.

Por meio das privatizações foram rematadas as maiores partes do patrimônio nacional de nossos países em setores como as matérias primas, empresas públicas, telecomunicações, bancos, eletricidade, etc., e está em curso áreas como a educação e também a água...

Todas as moedas nacionais estão sujeitas ao dólar, 70% das economias latino-americanas estão dolarizadas. Países como o Panamá, El Salvador e ultimamente o Equador têm sido forçados a adotar o dólar como moeda oficial. A perda da moeda nacional é uma das expressões máximas da perda da soberania nacional.

No terreno militar o imperialismo procura readequar os exércitos de nossos países à necessidade de enfrentar protestos e mobilizações das massas que ameaçam seu poder. Para não fazer uma intervenção direta

que não daria um resultado positivo, exerce o controle desses exércitos através de assessores que os monitoram. E, para instrumentalizar esse objetivo instalou bases militares em Três Esquinas y Tolima (Colômbia), Manta (Equador) e Iquitos (Peru). O Plano Colômbia é a expressão mais avançada deste processo. Com o pretexto da luta contra o narcotráfico, se pretende uma intervenção militar para recompor o estado capitalista em crise e acuado pela luta de massas e da guerrilha.

O controle e o domínio do imperialismo se expressa também no fato de que inclusive as leis têm se adequado às necessidades do capital, em particular no que diz respeito à legislação trabalhista, à proteção da propriedade, à isenção de impostos, etc. Estas readaptações chegaram a ter nível Constitucional como no caso do Peru. Desta maneira permite-se que homens de confiança das transnacionais (Fraga no Brasil, Kusinsky no Peru) e o FMI dirijam diretamente a economia de nossos países e até indiquem governantes de fato como foi a designação de Cavallo na Argentina.

Todo este processo vem produzindo milhares de desempregados, crescimento da pobreza, perda da soberania, etc. Os governos de nossos países vêm aplicando todo este plano de fome e entreguismo com o argumento de que não há outra saída que não seja o livre mercado para nossos países. São os agentes diretos da aplicação das receitas do FMI.

IV. ALCA: MAIS QUE O NAFTA PARA TODA A AMÉRICA LATINA

Com o ALCA se busca afiançar e aprofundar todo este processo de saque e submissão de nossos países. Quer dizer, não é que a aplicação do ALCA começará do zero, partirá do que já existe para levar a um grau extremo a superexploração e dependência a América Latina.

1.- NAFTA um antecedente do ALCA

Para os defensores da ALCA, os que negam que aprofundará o processo de recolonização em curso, somos obrigados analisar os resultados do Tratado de Livre Comércio (NAFTA por suas siglas em inglês) que é um acordo entre o imperialismo norte-americano, Canadá e México, baseado nos mesmos princípios que sustentará o ALCA. Este acordo começou a ser aplicado em 1994, tempo de vigência mais que suficiente para ver em que medida o México um país dependente do imperialismo, se tornou mais ou menos dependente, mais ou menos submetido e explorado, para ver se os trabalhadores e o povo elevaram seu nível de vida ou se estão mais empobrecidos. Desta maneira teremos uma aproximação dos resultados do que espera a América Latina com a aplicação de um NAFTA estendido a todo o continente.

Os defensores do NAFTA como os do ALCA afirmam que este tipo de acordos gerará em nossos países mais investimentos, mais comércio, mais exportações, mais emprego, e mais desenvolvimento.

É certo que em 6 anos e meio de aplicação do NAFTA no México foram incrementados os investimentos chegando a 102,215 milhões de dólares de investimentos estrangeiros. Em 5 anos o comércio com os EUA cresceu 118%. As exportações passaram de 23.307 milhões de dólares em 1981 a 138.147 milhões de dólares em outubro de 2000. A indústria manufatureira passou de 20.4% em 1981 a 87.05% do total das exportações em 2000.

Mas em todo este período a dívida externa mexicana em lugar de baixar aumentou desmesuradamente. Em 1990 a dívida externa total chegava de 107 bilhões de dólares e em 2000 aumentou para 164 bilhões. A dívida pública em 1990 chegava a 70,843 milhões de dólares e em março de 2001 passou a ser 81,602 milhões de dólares apesar de ter sido pago 64,000 milhões de dólares por passivos desta dívida nos últimos 10 anos.

Em 1981 as exportações tinham um conteúdo nacional de 85.9% e em 1996 baixou a 41.8%. Em 2001, por cada dólar de exportação industrial para os EUA só irrisórios 18 centavos ficam no país. Nas montadoras, as chamadas “maquiladoras”, o componente nacional só alcança dois centavos de dólar. Na indústria têxtil, as cinco maiores exportadoras são estrangeiras e 71% das empresas são estrangeiras. Quer dizer, o que se tem produzido é a desnacionalização da indústria por efeitos da importação de insumos industriais que tem substituído os nacionais. Com relação ao sistema financeiro, no primeiro semestre de 2001 com a venda de BANAMEX ao CITIBANK, 83% do sistema financeiro mexicano passou para mãos estrangeiras, principalmente dos EUA, e Canadá.

Em 1982 o México importava 790 milhões de dólares em alimentos agro-industriais, porém em 1999 passou a importar 8,240 milhões de dólares. O México quase não importava arroz, hoje importa dos EUA 50% do consumo. O México exportava batatas, mas hoje as batatas mexicanas são rejeitadas com o argumento de razões fitossanitárias e compram-se batatas no estrangeiro. O

México exportava algodão e hoje é um dos maiores importadores deste produto. Como consequência foi reduzida a superfície cultivada e há mais de 6 milhões de trabalhadores do campo desempregados e no caminho da migração em busca de trabalho. A pobreza também aumentou. Em 1984 havia 11 milhões de pobres, 16% da população e já em 2001 passou a ser 54 milhões, 58% da população. Cerca de 20 milhões são indigentes. Nestes últimos anos o custo da cesta básica familiar aumentou 560%, no entanto, os salários só aumentaram 135%. Nas “maquiladoras” o salário de um trabalhador é 15 vezes menor que nos EUA pela mesma produção. Em 1980 o salário de um trabalhador norte-americano era 4 vezes superior, nos anos 90 passou a ser 10 vezes mais. Quanto ao desemprego, existem 50 milhões de mexicanos, a metade da população auto-empregados em microempresas, quer dizer sem sindicalização, nem direitos sociais.

Como se tudo isto fosse pouco, as empresas transnacionais com o amparo das normas deste acordo têm patenteado produtos tradicionais do México como o milho, o tomate e também as plantas medicinais. Com este acordo todas as leis estão a serviço das multinacionais. E produto desta relação de domínio o petróleo mexicano uma empresa emblemática, PEMEX, passou a ser a garantia de um empréstimo dos EUA (FMI) por 52,000 milhões de dólares outorgado para atenuar a crise de 1994.

À luz destas cifras não se pode dizer que o México se desenvolveu com a aplicação do NAFTA, ao contrário, está mais dependente, mais explorado, mais pobre, quase sem soberania nacional e em processo avançado de recolonização imperialista. **Basta ter como Presidente do país o ex-gerente da Coca Cola.**

2.- O ALCA é mais que o NAFTA

1- O NAFTA significou para o México a desnacionalização de suas indústrias; o aumento da dívida externa; retrocesso agrícola; aumento do desemprego; diminuição dos salários, perda de sua soberania e maior domínio do imperialismo. O ALCA incorpora todos os critérios básicos do NAFTA que têm deixado o México mais explorado e dependente, mas avança muito mais a favor das empresas transnacionais e em detrimento dos trabalhadores e da soberania de nossos países. Ele é assim porque se pretende aplicar todas as draconianas exigências do grande capital que são reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e em especial pelo Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Assim, por exemplo, em nome de proteger a propriedade e salvaguardar os investimentos, o ALCA incorpora o triste e célebre capítulo 11 do NAFTA pelo qual se subordina o interesse público e ambiental de um país e de suas leis a tratados internacionais favoráveis às corporações transnacionais. As grandes transnacionais ficaram absolutamente fora do controle dos estados latino-americanos, amparadas por uma legislação que está acima das leis nacionais. Quer dizer a perda completa de qualquer fragmento de soberania.

No NAFTA ficou fora do acordo a questão dos recursos energéticos, agora mediante o ALCA se pretende considerar as fontes energéticas do continente (petróleo, gás, eletricidade, a água, etc.), como “propriedade hemisférica”, quer dizer “norte-americanizar” a energia, o que é o mesmo que passar todos os recursos energéticos para propriedade do imperialismo norte-americano. Este objetivo aponta também a apropriação do melhor da Amazônia mediante uma pretendida internacionalização da mesma, especialmente da brasileira.

Desta maneira, o ALCA não pode ser considerado senão como o instrumento jurídico-político imperialista para legalizar e aprofundar a recolonização da América Latina e, se aplicada, será a coroação colonizadora de nossos países.

V.- IMPULSIONAR UM GRANDE MOVIMENTO DE MASSAS PARA DERROTAR O ALCA

Contra o processo de recolonização imperialista na América Latina vem se desenvolvendo uma resposta combativa das massas operárias e populares. O ponto elevado dessas lutas foi a insurreição popular do Equador que, encabeçado pelas organizações indígenas (a CONAI e o Parlamento dos Povos), derrubou o governo de Mahuad e tomou o poder por 8 horas. Foi um levantamento contra a dolarização imposta pelos governos e o imperialismo. A vanguarda dessa luta de toda a América Latina são os trabalhadores e o povo argentino. A revolução argentina que está em curso se converteu num exemplo para todos os trabalhadores e povos latino-americanos e na mais firme esperança para enfrentar o imperialismo.

Parte deste quadro de mobilizações e lutas operárias e populares são também as grandes

mobilizações na Bolívia, destacando-se a grande mobilização em defesa da água em Cochabamba, a chamada “guerra da água”, que fez cair por terra a pretensão imperialista de privatizar este líquido elemento; lutas que tem acontecido seguem no marco de combativas mobilizações dos cocaleros e de outros setores populares. Também temos que assinalar as grandes jornadas de mobilizações no Peru que terminaram com a ditadura de Fujimori e golpearam fortemente a seu plano de fome imposto pelo FMI. A isso se soma a extraordinária greve dos estudantes mexicanos da UNAM contra os planos de privatização da educação por parte do governo e do Banco Mundial. Ao mencionar estas lutas que mais tem se destacado não esquecemos que em vários outros países tem acontecido e estão acontecendo jornadas de combate contra os planos neoliberais de fome e contra os governos submissos como na América Central, Paraguai, Brasil, etc., que fazem parte do processo de ascenso revolucionário continental, mesmo com suas desigualdades.

Nestas lutas estão surgindo, nos momentos de maior enfrentamento, organismos de poder alternativo como no Equador com o Parlamento dos Povos, na Bolívia a Coordenadora da Água de Cochabamba, ou formas embrionárias desse poder como a assembléia dos piqueteiros ou as assembléias populares ou de bairros na Argentina. Se expressa assim o nível de radicalização e de enfrentamento contra os governos e os planos do imperialismo. De fato são mobilizações e lutas que enfrentam aos planos recolonizadores, a dívida externa, as privatizações e suas conseqüências como o desemprego, a queda dos salários e a perda da soberania de nossos países. A expressão mais eloqüente e gráfica de todo isto está sendo hoje a Argentina onde se enfrenta os Governos corruptos e entreguistas do país. Se enfrenta também com as multinacionais espanholas ou ianques e seus Bancos de ladrões, a luta se faz assim abertamente anticapitalista e anti-imperialista. As tarefas de liberação nacional e social inevitavelmente se integram.

Podemos dizer que ao enfrentar a política recolonizadora do imperialismo são lutas que já se enfrentam à implantação do ALCA, que será a coroação do processo de saque e submissão imperialista em curso.

Começarão também as manifestações e mobilizações diretamente contra o ALCA, ainda que no nível da vanguarda operária e popular. Assim aconteceu em Buenos Aires em abril do passado ano, onde 15 mil trabalhadores e jovens com a presença de delegações estrangeiras nos manifestamos com a consigna de NÃO AO ALCA! E nesse mesmo mês ocorreu a maior mobilização desenvolvida até o momento, em Québec (Canadá) onde 50 mil trabalhadores e estudantes manifestaram sua rejeição ao ALCA, e onde se fizeram presentes organizações sindicais dos próprios EUA.

Com a ampliação do NAFTA através do ALCA as conseqüências para os trabalhadores e a juventude norte-americana serão muito mais devastadoras, na medida que anunciam demissões, cortes de salários, precarização dos empregos... e então será necessário impulsionar um processo de unificação com as lutas dos trabalhadores e da juventude latino-americana. Da mesma forma com os trabalhadores do Canadá onde por efeitos da aplicação do NAFTA mais de 400 mil perderam seus empregos até o ano de 2001. Portanto, não foi casualidade que tenha sido no Canadá onde até o momento aconteceu uma das mais contundentes manifestações contra o ALCA.

Desta maneira, no marco do ascenso das lutas latino-americanas contra os planos neoliberais recolonizadores, seus mentores a mando do FMI e seus executores os governos entreguistas, vêem a possibilidade de um grande movimento contra o ALCA. Na luta por este objetivo tem empenhado seus esforços diversas organizações sindicais e populares do continente onde se destacam por sua amplitude a Aliança Social Continental que foi protagonista da manifestação de Québec-Canadá. Um passo adiante muito importante nesta tarefa foi o Encontro Hemisférico de Luta Contra o ALCA realizado em Cuba em meados de novembro do ano passado. Este encontro que envolve quase a totalidade das mais importantes representações sindicais e sociais da América Latina e de importantes setores do Canadá e dos EUA, constituem o mais importante impulso à possibilidade de conformar esse grande movimento unitário anti-imperialista de luta contra o ALCA.

O Consenso de Havana, como assim se chama a Declaração Final deste encontro, considera o ALCA como *“um processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”*. O objetivo declarado é impedir a aplicação do ALCA, para o qual são propostas um conjunto de medidas que vão desde a necessária propaganda generalizado sobre o significado do ALCA, até a exigência de submeter este projeto a um plebiscito popular em todo o continente. No Brasil o impulso a um amplo movimento de massas contra o ALCA encabeçado pelo MST, setores da Igreja, a esquerda da CUT e numerosas organizações entre elas o PSTU, podem e devem ser um

fator qualitativo de desenvolvimento de um poderoso movimento de massas na América Latina contra o ALCA.

Acreditamos que no calor da revolução argentina, do ascenso latino-americano, de grandes e sucessivas lutas em nossos países, assim como a reação positiva de setores dos trabalhadores norte-americanos e do Canadá, está colocada a possibilidade de derrotar o ALCA, podemos derrotar o ALCA, e dar assim um revés mortal no curso imperialista que ameaça converter todo o subcontinente em uma colônia do imperialismo.

Trata-se agora de redobrar esforços no impulso do Plebiscito contra o ALCA e a dívida externa e chamarmos todos os trabalhadores e povos do continente a se mobilizar para exigir dos governos sua realização.

VI. É POSSÍVEL UMA AMÉRICA LATINA UNIDA E SOCIALISTA

A luta contra a ALCA coloca a discussão sobre qual alternativa devemos opor a este acordo: uma alternativa de integração latino-americana, uma solução de conjunto reformista, ou uma alternativa revolucionária à recolonização imperialista. Nós concordamos com todos os que sustentam que a ALCA é um projeto de anexação e recolonização de nossos países e que é necessário mobilizar-se de forma unificada para derrotá-lo, também concordamos em que deve ser submetido ao plebiscito dos povos. Caminhamos e lutamos juntos para derrotar a ALCA. Mas discordamos das alternativas que se propõem e chamamos uma discussão sobre essas alternativas.

O MERCOSUL é uma alternativa?

A maioria das direções dos partidos mais influentes da esquerda, como o PT brasileiro, assim como das mais importantes centrais sindicais como a CUT do Brasil, CTA da Argentina, e também de Cuba têm manifestado que a alternativa é defender e fortalecer o MERCOSUL. Tanto Lula como Aloísio Mercadante, deputado federal do PT, tem expressado esta idéia. Mercadante manifestou categoricamente que “temos que fortalecer e ampliar o MERCOSUL para aproximá-lo do ideal da integração latino-americana”. Na recente declaração do Consenso de Havana, numa clara alusão ao MERCOSUL foi dito: “Defendemos a alternativa de integração que longe de minar, paralisar e eliminar os processos integradores que vêm se desenvolvendo na América Latina e Caribe, lhes dê cabimento e alento...”.

Se requer, portanto, uma análise do MERCOSUL, sua relação com o imperialismo e atitude frente aos interesses dos trabalhadores e dos povos que conformam este “bloco”. O MERCOSUL foi adotado em 1991 como um acordo de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. São mais de dez anos de aplicação e de vigência, portanto, seus resultados são visíveis. O MERCOSUL é um acordo que se apõe ao imperialismo? Em dez anos de experiência os quatro países que o conformam se tornaram mais dependentes ou menos dependentes do imperialismo? Os trabalhadores e os povos desses países subiram ou baixaram o seu nível de vida? É fundamental responder a estas perguntas elementares para ver se o MERCOSUL é uma alternativa ou um acordo pró-imperialista que vem preparando terreno para a ALCA.

Nestes dez últimos anos de ofensiva recolonizadora do imperialismo, os países que compõem o MERCOSUL têm sofrido, da mesma forma que o conjunto dos países latino-americanos, a desnacionalização de suas indústrias, a privatização de suas empresas a favor das multinacionais, a dolarização de suas economias, o aumento desmesurado de suas dívidas externas, a ingerência direta do FMI no monitoramento dos planos de ajuste, o aumento do desemprego por via das demissões, o aumento da fome e da miséria. A Argentina, um dos grandes do MERCOSUL, hoje se debate em uma das mais graves crises de sua história. Um país saqueado e empurrado para uma pobreza nunca conhecida. Fazer parte do MERCOSUL não impediu e, pelo contrário, facilitou que a maior parte do seu patrimônio nacional tenha passado para o controle de empresas estrangeiras, não impediu que sua dívida externa seja os quase 160 bilhões atuais. No Brasil, grandes empresas como a Metal Leve de autopeças, Continental e Prosdócimo do setor de eletro-domésticos, Bom Preço de supermercados, assim como grandes bancos como o Real, Bamerindus e Banespa passaram para o controle de empresas estrangeiras, junto com 57% das empresas do setor de alimentos e 87% do setor de higiene e

limpeza. Comandar o MERCOSUL não significou diminuir e sim aumentar sua dívida externa que passou de 123 bilhões em 1990 para cerca de 250 bilhões na atualidade.

Por que isso aconteceu? Simplesmente porque o MERCOSUL longe de constituir um freio à voracidade imperialista permitiu o aumento do saque destes países que “em bloco” se submeteram aos ditames do FMI. Não poderia ser de outra maneira e não só porque os governos têm demonstrado seu entreguismo, mas porque o MERCOSUL se baseia nos mesmos princípios neoliberais de abertura de capitais, de desregulamentação das leis trabalhistas, de abertura alfandegária, de privatizações e desnacionalizações em benefício das grandes transnacionais. E, como não poderia ser de outra maneira, no mesmo ano em que entrava em vigor, o MERCOSUL assinou um acordo com os EUA “reconhecendo a significativa contribuição do MERCOSUL” para “facilitar a redução generalizada de barreiras para o comércio e investimentos”.

Mas, este acordo talvez signifique vantagens para as economias mais débeis? Lamentavelmente também não é assim porque, como todo acordo capitalista, o MERCOSUL reproduz a dominação das economias menores pelas maiores. Um mecanismo do qual se vale por sua vez a cadeia de dominação imperialista, utilizando países de maior poder para dominar os menores em determinadas regiões. Nesta associação, o Paraguai fica prejudicado em relação ao Brasil, como demonstram os protestos de seu governo pelo tratamento comercial desigual pelo qual o país se abre para os produtos do Brasil, mas sem reciprocidade por parte deste.

O MERCOSUL, além de desemprego, baixos salários, etc., significa a divisão entre os trabalhadores, a disputa e o enfrentamento entre setores da classe que são levados a defender sua empresa ou seu país na disputa entre capitalistas por aumentar seu lucro no mercado ampliado.

Como pensar que o MERCOSUL poderia ser uma alternativa à ALCA quando se sustenta nos mesmos princípios neoliberais e tem mostrado um balanço catastrófico de submissão e perda de soberania destes países? Nós acreditamos que o MERCOSUL é parte do processo de recolonização imperialista da América Latina, e não é, como muitos acreditam, incompatível com a ALCA, na verdade prepara o caminho. A aposta nele contra a ALCA é a negação da unidade latino-americana, é a divisão entre os trabalhadores e os povos que acabam trabalhando pela anexação imperialista.

A necessidade imperativa da unidade latino-americana só é possível na forma de uma luta resoluta pela **Federação Socialista da América Latina**.

É possível uma AMÉRICA LATINA SOCIALISTA

A luta contra o ALCA é uma luta contra a recolonização imperialista de nossos países e de nossos povos, não é só o enfrentamento a um modelo de superexploração capitalista, o modelo neoliberal; é o enfrentamento ao sistema de exploração e dominação capitalista – imperialista. Faz parte da batalha pela libertação de nossos países e de nossos povos do jugo colonizador. **É o combate pela segunda independência, pela libertação nacional e social da América Latina**. Não existe alternativa de integração latino-americana contra o ALCA nos marcos da dominação e exploração capitalista imperialista.

Propostas “intermediárias” como propor um “MERCOSUL reformado” se inscrevem nos marcos do capitalismo imperialista. Propostas também confusas como as sustentadas pelo Consenso de Havana, “*uma integração solidária*”, não deixam clara a necessidade de romper com o capitalismo colonizador. São alternativas de integração capitalista com rosto humano, a anexação colonizadora do capitalismo selvagem neoliberal.

Só é possível opor ao processo de recolonização em curso que o ALCA pretende legalizar, a luta unificada dos trabalhadores e povos latino-americanos por uma saída operária e socialista. Nesta época imperialista não há a menor opção de conseguir sair da fome, garantir uma vida digna ou preservar a soberania nacional, ou os direitos democráticos mais elementares sem **enfrentar o imperialismo, rompendo com o FMI, deixando de pagar a dívida externa, renacionalizando as indústrias chaves, nacionalizando os bancos e o sistema financeiro**. E isso é precisamente avançar no caminho de uma revolução operária e socialista.

Nos identificamos plenamente com o grito que percorreu as ruas de Seattle: “*o capitalismo mata, morte ao capitalismo*”. Não temos acordo com essas políticas de busca de alternativas sustentadas no exercício da “*cidadania*”, no “*controle social da economia mundial*” ou na “*defesa do estado democrático de direito*” tão queridas da social-democracia ou da chamada “centro-esquerda”.

As tentativas de racionalizar o sistema capitalista acabam cedo ou tarde não sendo outra coisa que o empenho desesperado para preservar o sistema capitalista em si.

Sustentamos que o único caminho para acabar com a dependência e o atraso, para na América Latina acabar com a fome, a violência, a falta de habitação, o desemprego, a exploração... **é a luta por uma revolução socialista que torne possível a Federação Socialista da América Latina.** Dizemos que **é possível uma revolução socialista.** Cuba demonstrou que esse caminho é possível em 1959-60 expropriando o capitalismo e o imperialismo.

Opinamos que a experiência dos primeiros anos da revolução mostrou que os problemas da fome, do desemprego, da miséria... que não podem ser solucionados pelos países da região e que, inclusive, vários deles sequer puderam ser solucionados pelas grandes potências, como é o caso do desemprego, começaram a ser solucionados.

Em Cuba, com a revolução, o desemprego acabou! Acabaram-se os problemas da saúde! Foi conquistada a assistência médica para toda a população e não só para os privilegiados e, mais ainda, foram feitos avanços impressionantes no terreno da pesquisa médica e da farmacologia. O mesmo aconteceu em outros terrenos como a habitação e a educação. E esses avanços se refletiram em outros aspectos da vida como na alfabetização e mesmo no esporte.

Cuba conseguiu tudo isso, não como produto de um “milagre” mas como consequência de uma revolução. De uma revolução que não se conformou com derrotar a ditadura de Batista, mas que avançou muito mais: rompeu com o imperialismo e com o capitalismo. Expropriou os capitalistas colocou o conjunto da economia a serviço do país. Fez-se uma economia estatal e planificada e isso é o que explica esse aparente “milagre”.

Lamentavelmente o curso imposto pela direção castrista, com a teoria stalinista do “*socialismo em um só país*” que regeu a política de todos os chamados estados socialistas no leste europeu, o curso político aplicado com os acordos de Esquipulas ou Contadora, com a política de “*não fazer da Nicarágua uma nova Cuba nem de El Salvador uma nova Nicarágua*”, facilitou mais ainda o bloqueio imperialista. Essa política condenou a revolução cubana ao isolamento e sua direção, em nome de um suposto pragmatismo, respondeu impulsionando medidas abertamente restauracionistas do capitalismo. Essa política restauracionista aprofunda a desigualdade e introduz em Cuba as mesmas mazelas do sistema capitalista e o mesmo processo de recolonização que sacode a todo o subcontinente.

Muitos dirigentes da esquerda dizem: “*Pretender fazer hoje em dia o que Cuba fez na década de 60 é uma utopia*”. Opinamos que para qualquer país tentar fazer o que foi feito em Cuba a partir de 1960 é uma tarefa muito difícil. Ninguém pode pensar que acabar com a fome e com o desemprego é uma tarefa fácil. Fazer a revolução socialista não é uma tarefa fácil. Mas por que utópica, se a realidade demonstrou que se pode fazer?

O utópico é querer, mediante uma batalha ideológica, racionalizar e humanizar o capitalismo. Pelo contrário, dar a perspectiva da revolução cubana não tem nada de utópico, está fundamentada em uma parte decisiva da luta e da história da América Latina. É um fato. É uma tarefa difícil, muito difícil. Mas há outro caminho para acabar com o desemprego e a fome? Nenhum! Porque o desemprego e a miséria são inerentes ao capitalismo. E são ainda mais nos países periféricos onde somos obrigados a ser os fornecedores de sangue e suor para benefício da classe dominante imperialista. Enquanto houver imperialismo haverá desemprego. Enquanto o imperialismo continuar dominando, a América Latina será o quintal dos EUA ou da Europa. Nós dizemos sim! Hoje em dia ser realista é ser SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO, é fazer o caminho da primeira experiência revolucionária latino-americana que expropriou o capitalismo e o imperialismo. Mas fazê-lo no marco da luta pela revolução socialista internacional e com o método da democracia dos trabalhadores, para não retroceder de novo ao capitalismo como faz hoje o regime de Fidel Castro.

Para acabar com a miséria, a fome e a entrega da América Latina nós reivindicamos esse caminho revolucionário, hoje desgraçadamente abandonado inclusive pelos que ontem estiveram à frente dessa revolução. Quando o capitalismo imperialista com a implantação do ALCA ameaça converter todo o subcontinente em uma colônia, quando os trabalhadores e povos latino-americanos de forma heróica se levantam, como faz hoje a classe operária e o povo argentino, temos que dizer: não há caminho mais realista, mais pragmático... e mais necessário que apostar na estratégia da revolução socialista, porque **é possível uma América Latina Socialista.**

